



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UNICEUB
FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS – FATECS
CURSO: COMUNICAÇÃO SOCIAL
HABILITAÇÃO: JORNALISMO

João Paulo Machado Costa Dias

Cobertura da “Marcha da Família” (1964)
50 anos depois, uma análise do texto da *Folha de S. Paulo*

BRASÍLIA-DF
2013



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UNICEUB
FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS – FATECS
CURSO: COMUNICAÇÃO SOCIAL
HABILITAÇÃO: JORNALISMO

João Paulo Machado Costa Dias

Cobertura da “Marcha pela Família” (1964)
50 anos depois, uma análise do texto da *Folha de S. Paulo*

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, da Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientador: Luiz Claudio Ferreira

BRASÍLIA-DF
2013

JOÃO PAULO MACHADO COSTA DIAS – RA: 21054520

Cobertura da “Marcha pela Família” (1964)
50 anos depois, uma análise do texto da *Folha de S. Paulo*

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, da Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientador: Luiz Claudio Ferreira

Brasília, 18 de novembro de 2013

Banca examinadora:

Prof. Me. Luiz Claudio Ferreira
Orientador

Prof. Bruno Nalon
Examinador

Prof. Sergio Galdino
Examinador

AGRADECIMENTOS

A Deus, que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos da minha vida.

Agradeço a meu Pai, Jaci Machado, meu grande herói e exemplo, minha mãe Patricia Luiz Dias por toda sua dedicação e amor, a minhas irmãs Maria Clara e Thaíssa pelo incentivo e por acreditarem em mim.

Agradeço também aos meus tios, Camilo e Gláucia e aos meus primos Camilo Neto, Bonifácio, Leonardo, Roberto Filho, Paulo Octávio e Leda Maria.

Aos colegas de faculdade, professores e funcionários que também contribuíram positivamente na minha caminhada.

Agradeço a Rogério Rodrigues presidente da Associação Brasileira de Câmaras Municipais (ABRACAM) por ter tido a confiança de me proporcionar minha primeira experiência profissional em jornalismo.

Agradeço aos profissionais do Consea, especialmente a Marcelo Torres por toda a paciência e por todos os ensinamentos.

Aos amigos e colegas de trabalho da Rádio Esportes Brasília e do Clube do Esporte DF, principalmente Rener Lopes.

Também preciso registrar minha gratidão a todos os profissionais das rádios EBC, locutores, operadores de áudio e jornalistas, em especial agradeço a Bianca Paiva, Maíra Heinen, Juliana Maya, Roberta Timponi e Marcela Cunha.

Por fim, agradeço a meu orientador, professor e mestre Luiz Cláudio Ferreira.

*“Há coisas que são boas por alguns instantes,
outras por algum tempo. Só algumas são para
sempre.”*

(Olavo de Carvalho)

RESUMO

Este trabalho faz uma análise textual da cobertura jornalística realizada pelo Jornal *Folha de S.Paulo* sobre a “Marcha da Família com Deus Pela Liberdade” manifestação popular ocorrida em março de 1964 contra as reformas de base assinadas pelo então presidente, João Goulart. A análise tem como objetivo detectar qual foi a posição do jornal (contra ou a favor) sobre a realização da marcha. Para isso foram analisadas as matérias e os editoriais do jornal entre os dias 16 de março de 1964 e 25 de março de 1964. A pesquisa consiste em verificar através das notícias veiculadas nesse jornal, a representação que ele construiu sobre esse período. Procuo mostrar como a Folha de S. Paulo retratou o contexto da “Marcha da Família” e qual a sua posição em relação a ela.

Palavras-chave: Marcha da Família. Folha de S. Paulo. Notícia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1. JORNALISMO POLÍTICO	09
1.1. O que é Jornalismo Político.....	09
1.2. Jornalismo Político no Brasil.....	10
1.3. Jornalismo Político Investigativo.....	11
2. FONTES DE INFORMAÇÃO	13
2.1. Relações Repórter – Fonte.....	13
2.2. ON e OFF.....	14
3. O GOLPE MILITAR CONTEXTOS HISTÓRICOS	15
4. A FOLHA DE SÃO PAULO	19
4.1. A história da Folha.....	19
4.1. Considerações sobre o Objeto.....	21
5. METODOLOGIA	23
5.1. Fundamentação da metodologia utilizada.....	23
5.2 Procedimentos.....	24
8. ANÁLISE	28
9. CONCLUSÃO	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36
ANEXO	36

INTRODUÇÃO

Este artigo científico apresenta uma análise textual sobre a cobertura jornalística realizada pelo jornal *Folha de S. Paulo* a respeito da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, uma manifestação popular ocorrida na cidade de São Paulo - SP em 19 de Março de 1964 como resposta ao comício do então presidente, João Goulart no dia 13 de Março de 1964.

Durante o comício, João Goulart prometeu a população o início de uma série de reformas nos campos administrativos, jurídicos, econômicos e agrários. Essas propostas ficaram conhecidas como “As Reformas de Base”. Portanto este trabalho acadêmico realiza uma análise crítica sobre o posicionamento do jornal durante o período que antecedeu e sucedeu a manifestação.

Ao longo da monografia, refleti sobre as publicações entre os dias 16 e 25 de março de 1964. Analisei a reportagem de capa, um dia após a realização do movimento, além de dois editoriais e uma pequena reportagem na qual o jornal convidava a população para o evento.

Iniciei minha pesquisa através do acervo online do jornal onde estão disponibilizadas todas as edições da Folha de S. Paulo. Após ter em mãos todas as reportagens necessárias para a pesquisa, fiz outro levantamento no arquivo da Folha concentrando-me na análise da pasta que destaca a história do jornal.

A pesquisa está organizada em seis capítulos, onde disserto sobre Fontes de Informação, os Contextos Históricos do golpe militar, a história da Folha de São Paulo, metodologia, análise e conclusão.

1 Jornalismo Político

Segundo Roberto Seabra o jornalismo, talvez mais do que qualquer outra profissão, exige do repórter um tipo de conhecimento horizontal e multifacetado, que dê condições ao repórter, editor ou redator de avaliar a qualidade e a veracidade do acontecimento, antes de decidir pela sua divulgação. Entretanto, de acordo com o Seabra, o jornalismo político se difere das demais especializações da área por requerer menos um saber técnico e mais um saber plural. “Ou seja, jornalista que cobre política, que necessita produzir ou editar notícia todos os dias sobre este tema para seu veículo de comunicação não pode desconhecer a história do país (da mais remota a atual) a do mundo, pelo menos a contemporânea”. (2006, p.111)

1.1 O que é Jornalismo Político

O jornalismo deve ser considerado não só como uma instituição, mas também como instituição política; em outras palavras, os jornalistas são atores políticos. No entanto isso não significa que os repórteres tenham agendas ideológicas e partidárias pré-definidas.

“Ao contrário, o que complica estabelecer o papel político dos jornalistas é que sua influência política pode decorrer de sua adesão a princípios de objetividade e deferência aos fatos e sua distância "custe o que custar" em relação às consequências sociais e políticas de sua cobertura, e não a despeito dessa adesão”. (E. Cook. Revista Brasileira de Ciência Política - Brasília Jul./Dez. 2011).

De acordo com (Connolly, 1983, p. 39). Para compreender a vida política de uma comunidade devemos compreender o sistema conceitual dentro do qual se dá essa vida; e, portanto, os conceitos que ajudam a dar forma ao tecido de nossas políticas entram necessariamente em qualquer relato racional sobre elas. Dessa forma, a disputa entre os políticos e os meios de informação expressa a rivalidade para tentar impor uma determinada agenda “A história das relações entre o poder político e os meios de comunicação é de uma desconfiança secular”. (Alonso e Rospir 1995,IX apud Vera Chaia, 2004, p. 8).

Portanto, a comunicação política envolve o espaço em que se inter-relacionam os discursos contraditórios dos autores que possuem legitimidade para expressarem publicamente sobre política, no caso os políticos, os jornalistas e a “opinião pública” através das pesquisas. Os políticos se legitimam pelas eleições, os jornalistas pelas informações que veiculam através dos meios de comunicação, e as sondagens, que representam a “opinião pública”, se legitimam pelo uso de métodos científicos e pela técnica utilizada na coleta das informações (Wolton, 1995, p.35)

O trabalho jornalístico na esfera política envolve necessariamente a cobertura de eventos como eleições, votações parlamentares, decretos, negociações entre partidos e blocos parlamentares, além de compreender, analisar e criticar instituições como; governos, ministérios, secretarias, partidos, órgãos oficiais entre outras, procurando sempre entender a criação das imagens da realidade política.

1.2 Jornalismo Político no Brasil

De acordo com Franklin Martins (2005, p.17) “até algumas décadas atrás, os jornais em sua maioria, tinham um caráter quase partidário e dirigiam-se também a um leitor razoavelmente partidarizado”. No entanto o autor afirma que “hoje em dia, ao contrário, a grande imprensa, de modo geral, tem a preocupação de separar nitidamente a informação da opinião na cobertura política”.

Conforme Álvaro Pereira (2006, p.90) até a década de 1950, os jornalistas utilizavam uma linguagem engajada e planetária. Os fatos não eram retratados com isenção como manda hoje o bom jornalismo. De acordo com o autor, foi o jornalista, Pompeu de Sousa que levou até o Diário Carioca o conceito de que toda matéria jornalística deveria começar com um lead, ou seja, com uma síntese das informações básicas que um fato deve conter: O quê, quando, onde, por que e como.

No entanto para Olavo de Carvalho (2013, p.319) o jornalismo político opinativo brasileiro decaiu ao longo dos últimos anos “Hoje em dia temos puros polemistas, que não investigam nada, não explicam nada, não fazem nenhum esforço intelectual, não tentam entender coisa nenhuma, só tomam posição, lavram sentenças como juízes e ditam regras”.

1.3 Jornalismo Político Investigativo

Há quem diga que jornalismo investigativo é um pleonasmo. Ou seja: jornalismo que é jornalismo tem que ser investigativo e pronto. Fosse assim, toda prática jornalística deveria, em si, ser investigativa.

“Se a investigação deveria ser a alma do jornalismo – fosse qual fosse o seu o seu sufixo (político, econômico, etc.) – o fato é que com redações cada vez mais enxutas e profissionais cada vez mais sobrecarregados, o jornalismo diário no Brasil vem sendo gradativamente reduzido a um relato nu e cru das declarações e dos fatos que aconteceram no dia anterior. O jornalismo brasileiro praticado nos jornais, rádios e televisões é essencialmente uma história do ontem”. (Wladimir Gramacho 2006,p.253)

Conforme Vera Chaia (2004, p.21) “O jornalismo investigativo só funciona em um sistema democrático que envolva relações de competição e de cooperação entre jornalistas e políticos”. Murato (1998, p.77) afirma que “as informações que alimentam este tipo de jornalismo são produto da alta competitividade do mercado político-eleitoral entre partidos, grupos e políticos”.

Para Wladimir Gramacho (2006,p.253) a série de reportagens realizadas por dois jovens americanos Bob Woodward e Carl Bernstein sobre a prisão de cinco pessoas que haviam invadido o comitê eleitoral democrata no hotel Watergate em Washington-DC nos Estados Unidos provocando a renúncia do então presidente, Richard Nixon, marcou a origem do jornalismo investigativo na história recente da profissão. Entretanto o autor afirma que “O dia-dia do repórter investigativo, porém, raras vezes está cercado pelo mesmo glamour e êxito experimentado por Woodward e Bernstein”.

Algumas vezes as denúncias chegam-nos por intermédio de um funcionário público ou de um técnico que descobriu o esquema; em outras, a iniciativa é de alguém que fazia parte da turma e foi escanteado; em outras, ainda, a dica é de um desafeto ou inimigo político dos chefes da quadrilha. Pouco importa. Como já vimos fonte não precisa ter caráter, mas informação. Cabe ao repórter não ser bobo e fazer sua própria investigação.
Franklin Martins (2005, p.94)

O jornalismo investigativo tem seus resultados caso o desvendamento de abusos, irregulares e desvios de autoridades públicas sejam encaminhadas para

averiguações em outras instituições públicas, como a justiça, o Ministério público e as autoridades policiais. Caso as denúncias fiquem no vazio e não sejam levadas às suas últimas consequências, quem perde não é só o cidadão, mas a própria credibilidade da mídia.

2 Fontes de Informação

A sociedade tem a necessidade de se manifestar de alguma forma, portanto, cada pessoa se torna invariavelmente um agente de comunicação. Esses agentes caracterizados dentro do contexto jornalístico, são chamados de Fonte. “A notícia tornou-se produto abundante nas relações humanas globalizadas. Inundou redações. Porque noticiar é, hoje, a forma mais eficaz de interferir no mundo” (Chaparro, pp132-154).

Fontes são aqueles que têm algo a dizer ou informar, são os produtores das ações sociais, dos atos e das falas noticiáveis. São consideradas fontes: instituições econômicas, como empresas bancos, entidades empresariais; instituições políticas, como governo e poderes; instituições públicas como igrejas escolas e universidades, ONGs; profissionais liberais, artistas, personalidades entre outros.

“Da fonte brotam o acontecimento da notícia, a fala da explicação, a revelação da novidade, o detalhe poético para o requinte literário. Da fonte vem a polémica que ativa o interesse do leitor e o saber que a reportagem socializa”.(Alcantara, Chaparro, Garcia 2005, p.25)

2.1 Relações Repórter - Fonte

De que maneira o jornalista deve se comportar na relação com a sua respectiva fonte? Sempre é necessário manter certa distância entre o repórter e a pessoa que detém a informação. De acordo com Eliane Cantanhede (2006, p.185) “Nos E.U.A, na Europa, na Ásia, na África, na Oceania e evidentemente no Brasil, os jornalistas devem estar próximos o suficiente das fontes para ter informação e longe o suficiente para não haver promiscuidade.”

Para Franklin Martins (2005,p.54) a relação com as fontes precisa ser equilibrada, “nem tão distante que se perca a informação, nem tão perto que se perca a independência.” De acordo com o autor, as fontes são essenciais para qualquer jornalista, no entanto não são mais importantes do que o compromisso de informar com competência e independência.

Conforme Luiz Beltrão, em *Jornalismo Interpretativo* (1980) é preciso conhecer a fonte para que se possa distinguir os propósitos do sujeito promotor da ocorrência, ou as intenções do intermediário ou do testemunho, que fornece os dados do acontecimento noticiável.

As fontes tem de respeitar os bons jornalistas porque são sérios e tem credibilidade, e os jornalistas tem de respeitar as boas fontes porque são serias e tem credibilidade. Elas, as boas fontes, estão em toda a parte, e precisamos ir busca-las. Em Brasília, estão no Palácio do Planalto, nos ministérios, nas estatais, no congresso, no supremo tribunal federal e nos demais tribunais superiores, nas embaixadas. E também nas instancias do distrito federal, nos movimentos sociais, nas universidades, nas escolas, nas ruas. (Eliane Cantanhede 2006,p.190)

O autor Luiz Antônio Mello em o *Manual de sobrevivência na selva do jornalismo* (1998) afirma que “ter fontes em todos os lugares é mais do que fundamental, é um exercício de sobrevivência numa redação”.

2.2 ON e OFF

As informações cedidas pela fonte podem ser em ON ou OFF (“on the Record” ou “off the Record”). Informação em ON é quando a fonte assume a responsabilidade pela informação concedida. Já a informação em OFF é aquela dada na condição de que o nome da pessoa não apareça na história.

Portanto o fornecimento da informação em off, faz parte de uma relação de necessidade interdependente entre fonte e repórter. Um precisa da “ajuda” do outro. A fonte repassa a informação com a garantia do seu anonimato e o jornalista a recebe com interesse direto na sua divulgação.

De acordo com Franklin Martins (2005,p.58) “Na cobertura política o OFF é essencial. Sem ele, dificilmente os repórteres conseguiram recuperar as informações de bastidores, de reuniões reservadas ou de negociações políticas fechadas”.

Para Eliane Cantanhede (2006,p.185) “O OFF é como a própria democracia e o casamento: cheio de defeitos e riscos, mas ainda não inventaram nada melhor”. Segundo a autora, é por meio do OFF que os repórteres conseguem os melhores “furos”, as melhores notícias, os melhores documentos.

3 O Golpe Militar Contextos Históricos

Durante o governo João Goulart (setembro de 1961 a março de 1964), um novo contexto político-social emergiu no país. Conforme os autores consultados, suas características básicas foram: uma intensa crise econômico-financeira; uma ampla mobilização política das classes populares com a ampliação do movimento sindical, operário e dos trabalhadores do campo, paralelamente a uma organização e ofensiva política dos setores militares e empresariais. E, sobretudo o acirramento nos debates sobre as chamadas "reformas de base" – agrária, bancária, urbana, universitária e tributária.

Com base em todos esses fatores, uma inédita luta ideológica de classes começou a acontecer no país.

Em 1962 quando Janio Quadros renunciou a presidência da república uma grave situação de instabilidade política foi instalada. Mesmo com a constituição sendo clara de que o vice-presidente deveria assumir o governo, os setores militares e conservadores se opuseram a posse do então vice-presidente João Goulart, pois enxergavam nele uma ameaça ao país, por seu vínculo com políticos do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Na ocasião, através de um manifesto, acusam Goulart de aliar-se desde 1954, com "os conhecidos agentes do comunismo internacional, além de incontáveis elementos esquerdistas" e, como vice-presidente da república de tornar clara e patente a sua incontida admiração aos regimes de governos da Rússia e da China comunista, exaltando o êxito das comunas populares". Tal manifestação militar contava com o apoio de setores civis liderados pela União Democrática Nacional UDN (Casalecchi, 2002, p.94)

A partir da oposição feita pelos militares, Leonel Brizola, cunhado de Jango e governador do Rio Grande do Sul, decidiu dar início a uma campanha em defesa da posse de João Goulart. Com o apoio do general Machado Lopes, comandante do III Exército, baseado no Rio Grande do Sul, Brizola usou uma cadeia de mais de cem emissoras de rádio convocando a população para sair às ruas e defender a legalidade da posse de Goulart. A campanha recebeu o apoio dos governadores Mauro Borges, de Goiás, e Nei Braga, do Paraná.

No Congresso Nacional, alguns parlamentares também se opuseram ao impedimento da posse de Jango.

O então vice-presidente que estava na China, quando Janio Quadros renunciou ao poder, teve de aguardar em Montevideu, capital do Uruguai, até que uma solução para crise fosse encontrada.

Como os militares não voltavam atrás, o Congresso decidiu fazer uma proposta conciliatória: a adoção do parlamentarismo. O vice-presidente tomaria posse, preservando a constituição, porém parte de seu poder seria deslocado para um primeiro-ministro, que chefiaria o governo.

No dia 2 de setembro de 1961, o sistema parlamentarista foi aprovado pelo Congresso Nacional, e no dia 8, Jango assumiu a presidência com Tancredo Neves, do PSD de Minas Gerais, como primeiro-ministro.

A habilidade conciliatória dos brasileiros, entretanto, foi mais forte do que a aparente irreconciliabilidade dos contrários, fazendo com que fosse encontrada uma solução de compromisso: os adversários de Jango passaram a concordar com sua posse desde que os seus poderes fossem reduzidos, solução estrategicamente aceita por seus partidários. Daí surgiu a solução parlamentarista, instituída por Ato adicional de 03/09/1961, que mais tarde viu-se não passar de uma pantomima, cujo objetivo estratégico era vencer a reação à posse de Jango. (Couto, 1999, p. 29)

A emenda à constituição aprovada pelo Congresso Nacional previa a realização de um plebiscito para definir a continuidade, ou não, do sistema parlamentarista em 1965, exatamente no final do mandato de João Goulart. Entretanto esse plebiscito foi antecipado para janeiro de 1963.

Em junho de 1962, Tancredo Neves renunciou ao cargo de primeiro ministro para concorrer às eleições de outubro do mesmo ano. Depois de ter as indicações de Francisco Clementino de San Tiago Dantas e de Auro de Moura Andrade negadas pelo congresso nacional. Finalmente, em 10 de julho, o gaúcho Francisco de Paula Brochado da Rocha assumiu o cargo de primeiro-ministro. Brochado da Rocha prometeu antecipar para dezembro de 1962 a realização do plebiscito que decidiria a continuidade ou não, do regime parlamentarista.

Em 14 de setembro, Brochado da Rocha renunciou ao cargo, após não ter conseguido que o Congresso aprovasse a antecipação do plebiscito. No dia seguinte, uma greve geral dos trabalhadores foi decretada com o intuito de pressionar o Congresso para a aprovação do plebiscito. E no mesmo dia a Lei Complementar nº 2, que marcava a realização do plebiscito para 6 de janeiro de 1963 foi aprovada.

Cinco dias antes da realização do plebiscito o governo decidiu aumentar os salários em 75%, assegurando o apoio das lideranças sindicais e das frentes trabalhadoras. No dia 6, 11.531.030 eleitores, compareceram as urnas. O resultado determinou a volta ao presidencialismo, por 9.457.448 votos contra 2.073.582.

Com o fim do parlamentarismo, João Goulart passou a defender abertamente a realização de transformações em diversos setores da economia, as chamadas “reformas de base” essas mudanças seriam bancárias, fiscais, urbanas, administrativas, agrárias e universitárias, todas com o intuito de promover a distribuição de renda para toda a população.

Os empresários preocupados com a inflação e com medo das influências comunistas no governo decidiram se organizar e passaram a se encontrar em assembleias no Rio de Janeiro e em São Paulo, as reuniões tinham o intuito discutir a situação política e econômica da época. E foi desses encontros que surgiu no final de novembro de 1961, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES).

O IPES, porém, não se restringiu ao empresariado. Passaram a integrar seus quadros profissionais liberais, militares da reserva, clérigos, funcionários públicos, etc. Com isso, o Instituto não só se expandiu rapidamente para os maiores centros do País como pôde aperfeiçoar sua estrutura para estender sua ação aos vários segmentos sociais. Passou a encorajar associações femininas e organizações estudantis apoiando-as materialmente. (ORVIL - A REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA DE 1964. Disponível em: <http://www.wirelessbrasil.org/orvil/textos/2p_cap04_item02.php>)

Foi nesse contexto, que surgiram algumas entidades femininas de caráter conservador. Entre elas a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) do Rio de Janeiro, a Liga da Mulher Democrata (LIMDE) em Belo Horizonte e principalmente a União Cívica Feminina de São Paulo (UCF-SP). Todas essas entidades tinham como bandeira a luta anticomunista, na defesa da família, da propriedade privada e contra o nacional-reformismo das propostas do Governo de João Goulart.

As mulheres desses movimentos assumiam-se de como donas de casa e mães de família. Elas recebiam apoio de setores conservadores da Igreja Católica e do Exército, além do suporte de outras entidades como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES),

Esses grupos tiveram ampla participação nas diversas ações de mobilização social nos meses que antecederam a intervenção militar de abril de 1964. Como por exemplo, a remessa de 50 mil cartas ao Congresso Nacional, para pressionar os deputados contra as reformas propostas pelo então presidente João Goulart.

Outras duas ações organizadas por movimentos femininos que ganharam repercussão, ocorreram em Minas Gerais. A primeira foi o impedimento da realização do Congresso da Central Única dos Trabalhadores da América Latina, previsto para Belo Horizonte e transferido para Brasília, em função do protesto articulado pelas mulheres do LIMDE, que deitadas na pista do aeroporto, impediram o desembarque das delegações. A segunda manifestação foi à chamada “noite das cadeiradas” ou “Vermelho Bom, Só o Batom” quando o discurso do então deputado, Leonel Brizola na Secretária de Saúde de Belo Horizonte, foi interrompido por centenas de mulheres que invadiram o auditório com rosários na mão expulsando o deputado do local.

Mas, de acordo com René Armand Dreifuss (2006) a mais significativa conquista política dos movimentos femininos liderados pelo IPES foi à realização da “Marcha da família com Deus pela Liberdade” quando aproximadamente quinhentas mil pessoas compareceram na praça da sé em São Paulo para protestar contra o comício de João Goulart do dia 13 de março. Quando o então presidente havia anunciado as denominadas reformas de base.

4 A Folha de São Paulo

4.1 A história da Folha

A história da Folha de São Paulo começa em 1921 com a fundação da Folha da Noite, um jornal vespertino com textos mais curtos e claros que tinha como público-alvo os empregados que regressavam para casa após o serviço e queriam ter acesso às últimas notícias.

O jornal foi fundado por jornalistas de "O Estado de S. Paulo", que antes trabalhavam no "Estadinho", edição vespertina do "Estado" que acabou tendo as atividades encerradas logo após o fim da Primeira Guerra Mundial. Um grupo de jornalistas desse extinto diário conseguiu viabilizar uma parceria com O Estado de S. Paulo para a impressão e distribuição do novo vespertino; os custos seriam pagos pelos jornalistas com o lucro obtido das vendas avulsas e dos anúncios.

[...] durante um mês O Estado de S. Paulo imprimiria em suas oficinas, fornecendo papel, tinta e tudo o mais que fosse necessário, um jornal para substituir o "Estadinho", tomando nota de todas as despesas; se ao cabo desse tempo nós víssemos que o jornal pegava, pagaríamos tudo com o que apurássemos da venda avulsa e dos anúncios, e continuaríamos; se a renda não desse para cobrir as despesas, acabava-se o jornal e o que ficasse de dívida seria pago, parceladamente, com descontos razoáveis em nossas quinzenas de ordenados do "Estado". (CUNHA, Pedro, depoimento à revista APISP, set. 1955, encontrada no arquivo da Folha de S. Paulo)

De acordo com Mota e Capelato (1981, p. 17), a Folha da Noite não exercia um espaço ideológico definido: "o novo jornal não era oligárquico e nem, muito menos operário. Seu espaço ideológico ainda não estava [...] consolidado".

Com o sucesso da publicação em 1925 o grupo de jornalistas liderados por Pedro Cunha e Olival Costa decidem criar no dia 1º de julho a "Folha da Manhã" com o objetivo de oferecer aos leitores as informações que a edição vespertina não tinha tempo de dar. Quatro anos mais tarde, na noite de 24 de outubro de 1930, uma multidão que comemorava a deposição do então presidente eleito, Júlio Prestes, destruiu as instalações da Folha, queimando moveis e maquinas de

escrever. De acordo com Mota e Capelato, (1980, p. 20 e 21) O jornal tinha assumindo uma atitude contrária à “revolução de 1930” e a apoiado a posse de Prestes a presidência da República.

A Folha ficou sem circular até o dia 15 de janeiro de 1931, quando o cafeicultor Octaviano Alves de Lima, decidiu comprar a empresa. Com a mudança, a publicação passou a contar com uma nova linha editorial, sucursais foram instaladas no interior do estado e todos os assuntos relativos à agricultura passaram a ser acompanhados com máxima atenção. As modificações fizeram a tiragem dos dois jornais subir de 15 mil para 80 mil exemplares por dia.

Em 10 de março de 1945, Octaviano Alves de Lima decide vender o jornal para um grupo de três pessoas, José Nabantino Ramos, Clóvis Queiroga e Alcides Meirelles. A nova administração decide lançar um novo jornal e no dia 1º de julho de 1949 foi às bancas a primeira edição da "Folha da Tarde".

Na década de 60, a empresa sofre uma nova estruturação e a partir de então, as três publicações (Folha da Manhã, Folha da Tarde e Folha da Noite) se fundem e surge o jornal “Folha de São Paulo”.

Dez anos depois, porém, Nabantino convenceu-se de que não havia "fatos novos em quantidade suficiente" para alimentar três jornais. Em 1º de janeiro de 1960, os três são reunidos na Folha de S. Paulo, nome com o qual as "Folhas" eram conhecidas no interior. (MAURICIO PULS - Getulistas destroem máquinas da Folha. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos_cruciais.shtml>)

Em 1961 após passar por dificuldades financeiras, agravadas por uma greve no jornal, Nabantino decide vender a publicação aos empresários Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, fato que se consumou no dia 13 de agosto de 1962.

Na década de 80 a Folha passa por um novo processo de reestruturação, tanto gráfica quanto editorial, identificado-se ao formato norte-americano de jornalismo. Conforme Silva (1988) a nova mudança faz com que o jornal atribua para si à bandeira da pós-modernidade.

Atualmente, a “Folha de São Paulo” é o jornal de maior circulação do País com tiragem média de 297.650 unidades, conforme pesquisa auditada pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC).

4.1 Considerações sobre o Objeto.

A folha de São Paulo não passou alheia ao acirramento ideológico entre conservadores e comunistas no início dos anos 1960 no Brasil. Durante o período o jornal publicou diversas matérias, manchetes e editoriais dando ideia sobre o clima tenso que assombrava o país.

Um exemplo disso foi a nota publicada pelo jornal em setembro de 1962 quando Nabantino Ramos vendeu a empresa para Otávio Frias Oliveira e Carlos Caldeira Filho.

A alteração havida na direção deste jornal em nada modificará a linha de conduta que ele vinha seguindo há perto de duas décadas. A FOLHA DE S. PAULO continua sendo, antes e acima de tudo, um jornal “a serviço do Brasil” em cujo futuro confia firmemente e para o progresso do qual prosseguiremos lutando com todas as forças, dentro dos limites das nossas atividades. A diretoria que acaba de demitir-se tinha dois princípios transformados em verdadeira profissão de fé: informar com objetividade e opinar com independência. A nova apressa-se em assumir, de público, o compromisso de não se afastar dessa linha. Os leitores que prestigiaram a FOLHA ao longo destes últimos anos, e que lhe permitiram alcançar a posição de destaque em que hoje se encontra, podem ficar seguros de que continuarão a encontrar em nossas páginas a informação veraz, objetiva, fidedigna, com o seu destaque condicionado apenas ao interesse jornalístico de que se reveste. (Editorial Folha de S. Paulo A serviço do Brasil. Folha de S. Paulo, São Paulo, 14 set. 1962)

Conforme Luiz Antonio Diasé (2012) as informações divulgadas pelos jornais paulistanos como a Folha não eram neutras ou meramente “informativas”. Segundo o autor, uma das ocasiões em que fica notório o posicionamento da Folha contras as atitudes do então presidente João Goulart, está no editorial publicado 14 de março de 1964 sobre comício pelas Reformas de Base, ocorrido no dia 13 na Guanabara, afirmando que o evento foi organizado por extremistas

que tentavam subverter a ordem. E restava agora saber se as Forças Armadas apoiariam João Goulart, traíndo a Constituição, a pátria e as instituições.

“O comício de ontem, se não foi um comício de pré-ditadura, terá sido um comício de lançamento de um espúrio movimento de reeleição do próprio Sr. João Goulart. Resta saber se as Forças Armadas, peça fundamental para qualquer mudança deste tipo, preferirão ficar com o Sr. João Goulart, traíndo a constituição, a pátria e as instituições. Por sua tradição, elas não haverão de permitir essa burla.”

(Folha de S. Paulo, 14/03/64, editorial).

Conforme André Bonsanto Dias (jan.2013 / jun.2013) a Folha apresentava um discurso imparcial e aberto a todas as opiniões, desde que estas não atingissem um estatuto subversivo e contrário à democracia. Com essa linha o jornal não aceitava comentários que pudessem atingir diretamente seus princípios. De acordo com o autor, foi com base neste discurso que a folha decidiu apoiar os acontecimentos que sucederam na intervenção militar de 1964.

“Assim foi construído o acontecimento em suas páginas: o golpe foi visto como necessário porque em um primeiro momento colocava ponto final no processo de radicalização, o que para a empresa se tornava urgente e necessário”.

(Dias - Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM) - v.2, n.1, jan.2013 / jun.2013)

5. METODOLOGIA

5.1 Fundamentação da metodologia utilizada

Para compreender a cobertura jornalística realizada pelo jornal Folha de São Paulo sobre a “Marcha da Família com Deus Pela liberdade” manifestação popular ocorrida no dia 19/03/1964 foi utilizada a metodologia de análise textual e linguística.

A análise das matérias foi feita de acordo com o modelo tridimensional desenvolvido por Fairclough (2008). Este modelo de análise assume o posicionamento de que qualquer evento ou exemplo de discurso pode ser considerado, simultaneamente, um texto (análise linguística), um exemplo de prática discursiva (análise da produção e interpretação textual) e um exemplo de prática social (análise das circunstâncias institucionais e organizacionais do evento comunicativo). Segundo Fairclough “a linguagem é uma semiótica social e a forma linguística é afetada sistematicamente pelas circunstâncias sociais”.

A forma como um texto é produzido e interpretado – ou seja, que práticas e convenções discursivas têm origem em que ordem (ou ordens) do discurso e como se articulam – dependem da natureza da prática sociocultural que o discurso integra (incluindo a sua relação com hegemonias já existentes); a natureza da prática discursiva da produção textual molda o texto, deixando ‘vestígios’ nas suas características superficiais; por fim, a natureza da prática discursiva da interpretação textual determina a forma como serão interpretados os laços superficiais de um texto. FAIRCLOUGH (2008)

Para que seja realizada a análise tridimensional, é preciso levar em conta três perspectivas analíticas; a multidimensional, a multifuncional e a histórica. A primeira, para avaliar as relações entre mudança discursiva e a mudança social; a segunda, a multifuncional, para examinar as mudanças nas práticas discursivas que contribuem para alterar o conhecimento, as relações e identidades sociais e por fim, a histórica, para discutir a “estruturação ou os processos ‘articulatórios’ na construção de textos e na constituição, em longo prazo, de ‘ordens de discurso’” (Fairclough, 2008, p. 27, destaques do autor).

Portanto pode-se concluir que a “concepção tridimensional do discurso” reúne três tradições analíticas (Fairclough,1998): descrição – análise textual; interpretação – prática discursiva; explicação – análise social.

5.2 Procedimentos

Foram analisadas neste trabalho, as principais matérias veiculadas pelo jornal Folha de São Paulo no 20 de março do ano de 1964 sobre a passeata em defesa da constituição de 1932 denominada “Marcha da Família com Deus Pela Liberdade”.

Para tanto, utilizou-se as publicações do jornal dispostas no endereço virtual <http://acervo.folha.com.br/>. As notícias foram reunidas por meio do buscador do próprio jornal. O filtro de pesquisa utilizado foi o termo “Marcha da Família” nas datas 19/03 e 20/03 de 1964.

A análise foi baseada na etapa **Vocabulário** definida por Fairclough. Além dela o autor determina outras quatro etapas, em escalas ascendentes: a) vocabulário (lexicalização); b) gramática, c) coesão e d) estrutura textual.

a) Vocabulário

Procurei mapear palavras-chave expostas nas matérias que apresentassem significado cultural variável para depois examinar as lexicalizações alternativas e sua significação tanto política quanto ideológica. É interessante constatar que a criação de itens lexicais gera novas categorias culturalmente essenciais.

Para Fairclough (Cf. RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 75) “Os significados das palavras e a lexicalização de significados não são construções individuais, são variáveis socialmente construídas e socialmente contestadas, são ‘facetas de processos sociais e culturais mais amplos”.

Para proceder à análise do vocabulário, segui uma lista de perguntas norteadoras elaboradas por Caldas-Coulthard (2008, p. 34) e utilizadas por Fairclough.

- 1- Há palavras no texto que são ideologicamente contestadas de teor preconceituoso.
- 2- Há algumas que permitem classificar as pessoas no texto quanto ao tipo de profissão e de papéis sociais.
- 3- Há palavras formais ou informais no texto (formas de tratamento, por exemplo)?
- 4- Que valor expressivo é dado às palavras (como as palavras avaliativas são usadas, por exemplo)?
- 5- Que metáforas são usadas?

b) Gramática

Nesta segunda etapa, procurei verificar se existe um padrão discernível na estrutura do texto para as escolhas temáticas das orações. Também foi analisado que tipo de processo (ação, evento...) e participantes foram favorecidos no texto, que escolhas de voz foi feita (ativa ou passiva) e quão significativa é a nominalização dos processos.

Pode-se tentar estabelecer que fatores sociais, culturais, ideológicos, políticos ou teóricos decidem como um processo é significado num tipo de discurso particular (ou mesmo em diferentes discursos) ou em um dado texto. Por exemplo, há motivação para escolher a voz passiva. Seu uso permite a omissão do agente por ser irrelevante, por ser evidente por si mesmo ou por ser desconhecido, mas, também, a omissão pode ter razões políticas ou ideológicas, a fim de ofuscar o agente, a causalidade e a responsabilidade. (FAIRCLOUGH, 2008, p. 287).

A lista de Caldas-Coulthard (2008, p. 34) em relação à gramática utilizada para esta pesquisa foi a seguinte:

- 1- Que tipos de processos verbais e participantes são predominantes na interação?
- 2- O agenciamento é explícito (quem faz o quê)?
- 3- Que tipos de nominalizações são usados?
- 4- As orações são ativas ou passivas?
- 5- Que modos (declarativo, interrogativo, imperativo) são usados?

6- Como a modalidade é feita?

7- Que tipos de pronomes são usados? E como?

8- As orações são positivas ou negativas?

9- As orações complexas são caracterizadas por subordinação ou coordenação?

c) Coesão

Neste item procurei mostrar de que forma as orações e os períodos estão interligados no texto. Foi verificado como as orações são ligadas em frases e como essas são ligadas para formar unidades maiores nos textos.

De acordo com Fairclough os marcadores coesivos não podem ser enxergados exclusivamente como propriedades objetivas dos textos, mas “têm de ser interpretados pelos intérpretes de textos como parte do processo de construção de leituras coerentes do texto”. Esses marcadores também necessitam ser tomados dinamicamente e segundo a visão do produtor do texto: os produtores de texto situam ativamente relações coesivas de determinados tipos no processo de posicionar o intérprete como sujeito. A coesão pode tornar-se um modo significativo de trabalho ideológico que ocorre em um texto.

d) Estrutura textual

Na quarta e última etapa procurei descrever as características organizacionais gerais, o funcionamento e o controle das interações esplanadas nas reportagens.

De acordo com o autor, a forma como o texto é organiza pode expandir a percepção dos sistemas de crenças e conhecimentos e alargar, também, a percepção dos pressupostos sobre as relações sociais dos tipos de texto mais diversos.

Neste item também foi analisado quais foram às estratégias de polidez mais utilizadas nas reportagens e o que isso transmite sobre as relações sociais entre os participantes. Além disso, também foram verificadas quais as características que contribuíram para a construção do ‘eu’ ou de identidades sociais (Ethos).

O ethos pode ser considerado como parte de um processo mais amplo de “modelagem” em que o tempo e o lugar de uma interação e seus participantes, assim como o ethos desses participantes, são constituídos pela valorização de ligações em certas direções intertextuais de preferência a outras.
(Fairclough 2008)

Mais uma vez, foi utilizada a lista elaborada por Caldas-Coulthard (2008, p. 34)

- 1- Onde está situada a principal informação no texto?
- 2- Que tipos de relações oracionais existem?
- 3- Que tipos de estruturas genéricas são usados (narrativa, argumentações, relatórios etc.)?

6. Análise

O comício do dia 13 de março de 1964, quando João Goulart assinou o decreto que encampava todas as refinarias de petróleo e outro que desapropriava as terras próximas a rodovias e ferrovias federais, pedindo a reforma urgente da Constituição desencadeou um estreitamento ainda maior na crise política ideológica que ocorria no país.

A partir daquele momento não se tratava mais de saber se as reformas seriam implementadas ou não; a questão agora era esperar uma reação dos setores conservadores ou então a efetivação das mudanças inconstitucionais assinadas por Jango.

No dia 19 de março de 1964, seis dias após o discurso de João Goulart, veio à resposta na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. O movimento foi divulgado no dia 16/03 na capa da Folha de S. Paulo: “Dia 19 a Marcha da Família”.

Com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que sairá da praça da República em direção a praça da Sé, às 15 horas do próximo dia 19, as mulheres de São Paulo, representando todas as camadas sociais, darão início a um movimento, que pretende ser de âmbito nacional, em defesa da Constituição e da democracia.

(Dia 19 a Marcha da Família. Folha de S. Paulo, São Paulo, 16 mar. 1964, p. 1.)

Além da divulgação jornalística sobre a realização do evento. O jornal procura enfatizar os objetivos da marcha “Em defesa da Constituição e da democracia.” A escolha por esta explicação, traz notoriedade ao protesto e garante a legitimidade da manifestação.

No dia seguinte a marcha, a Folha de S. Paulo estampou em sua capa duas grandes fotos da marcha acompanhadas do título: “São Paulo parou ontem para defender o regime”. A palavra regime faz referência ao regime democrático da constituição de 1932. O movimento que era visto como uma manifestação em defesa da Constituição e os princípios democráticos foi também assim retratado pelo jornal.

Com bandas de música, bandeiras de todos os Estados, centenas de faixas e cartazes, numa cidade com ar festivo de feriado, a “Marcha” começou na praça da República e terminou na praça da Sé, que viveu um dos seus maiores dias. Meio milhão de homens, mulheres e jovens — sem preconceitos de cor, credo religioso ou posição social — foram mobilizados pelo acontecimento. Com “vivas” à democracia e à Constituição, mas vaiando os que consideram “traidores da pátria”, concentraram-se defronte da catedral e nas ruas próximas. Ali, oraram pelos destinos do país. E, através de diversas mensagens, dirigiram palavras de fé no Deus de todas religiões e de confiança nos homens de boa vontade. Mas, também de disposição para lutar, em todas as frentes, pelos princípios que já exigiram o sangue dos paulistas para se firmarem. (São Paulo parou ontem para defender o regime. Folha de S. Paulo, São Paulo, 20 mar. 1964, p. 1.)

O texto deixa claro, a satisfação e entusiasmo do jornal com o sucesso da manifestação. “Meio milhão de homens, mulheres e jovens — sem preconceitos de cor, credo religioso ou posição social — foram mobilizados pelo acontecimento”. Nesta passagem além de informar a quantidade de manifestantes presentes na marcha, a publicação faz questão de enfatizar que os participantes de tal movimento eram todos desprovidos de preconceitos seja racial, religioso ou social. O discurso deixa claro qual é o lado ideológico do jornal naquele momento.

Foi a maior manifestação popular já vista em nosso Estado. O repúdio a qualquer tentativa de ultraje à Constituição Brasileira e a defesa dos princípios, garantias e prerrogativas democráticas constituíram a tônica de todos os discursos e mensagens dirigidos das escadarias da catedral aos brasileiros, no final da passeata. (São Paulo parou ontem para defender o regime. Folha de S. Paulo, São Paulo, 20 mar. 1964, p. 1)

O jornal mais uma vez faz questão de ressaltar a grandiosidade da manifestação, desta vez apontando-a como a maior já ocorrida na história do estado.

No editorial do dia 20 março a publicação faz questão de ressaltar que teriam participado da marcha o povo, apenas o povo.

Ali estava o povo mesmo, o povo povo, constituído pela reunião de todos os grupos que trabalham pela grandeza da pátria, cioso de suas tradições e de suas crenças e consciente de seus destinos democráticos. Ali não estava nenhum ajuntamento suspeito, recrutado por órgãos especializados na manipulação das massas humanas para o aplauso ruidoso, porém despido de significação, aos líderes que detêm o poder, ou a ele aspiram, ou nele desejam de alguma forma continuar.

(Povo, apenas povo. Editorial. Folha de S. Paulo, São Paulo, 20 mar. 1964, p. 4)

Nesta parte do texto o editorial faz clara comparação entre o público presente na marcha e o público que compareceu ao comício das reformas de base “Ali não estava nenhum ajuntamento suspeito, recrutado por órgãos especializados na manipulação das massas humanas para o aplauso ruidoso” o jornal usa essas palavras para legitimar as diferenças entre os participantes da Marcha da Família e do discurso de Jango no 13 de março.

Na ocasião o editorial da folha havia escrito...

[...] E nessa pregação, os ataques costumeiros à Constituição que o presidente jurou defender e respeitar e a afirmação, sem dúvida lamentável, de que a multidão vale mais do que a Constituição. Lamentável especialmente quando se pensa em termos daquela multidão, arregimentada, como todos sabem, para bater palmas nas horas certas às palavras do presidente.

(JG surpreende o país: refinarias encampadas. Editorial. Folha de S. Paulo, São Paulo, 14 mar. 1964,)

Na oportunidade o jornal deu a entender que os participantes do comício eram completamente manipuláveis e aptos a qualquer tipo de inclinação política desde que ordenados.

6.1 Reportagem Folha dia 20/03/1964

A principal reportagem publicada no jornal no dia seguinte a manifestação foi dividida em vários subtítulos.

“São Paulo pára em defesa do regime e da Constituição”, “Fidel, Padroeiro de Brizola”, “Marcha, veterano e mensagem”, “Oração pelo Brasil”, “Liberdade é como saúde”, “Mensagem de alerta”, “Armas: contra ou a favor?”, “Basta! Basta! Basta!”, “Espírito de 32”, “Escravidão vermelha”, “Senão, não!”, “Água na passeata, Ovos e prisões”.

1- Há palavras no texto que são ideologicamente contestadas de teor preconceituoso.

No subtítulo *"Fidel, Padroeiro de Brizola"* o jornal enfatiza o discurso do então senador da República Padre Calazans "Hoje é o dia de São José, padroeiro da família, o nosso padroeiro. Fidel Castro é o padroeiro de Brizola. É o padroeiro de Jango. É o padroeiro dos comunistas".

Mais adiante em, *"Escravidão vermelha"*, a publicação retrata o discurso da deputada Conceição da Costa Neves "Aqui, mercê de Deus, se encontra o Brasil unido contra a escravidão vermelha. (...) para dizer basta ao sr. presidente da República".

Nas duas ocasiões o principal alvo do discurso é a ideologia comunista, imposta por políticos de esquerda na época do governo de João Goulart. A reportagem também descreve as manifestações do público presente no protesto e ressalta que durante a marcha os gritos de "1, 2, 3, Brizola no xadrez" e "Verde-amarelo, sem foice e martelo" foram recorrentes.

2- Há algumas que permitem classificar as pessoas no texto quanto ao tipo de profissão e de papéis sociais.

A reportagem não faz distinção social sobre o público que participou da passeata. "Meio milhão de homens, mulheres e jovens - sem preconceitos de cor, credo religioso ou posição social - foram mobilizados pelo acontecimento." O jornal procura dar ênfase à ideia de que a marcha foi um fenômeno popular, onde houve uma adesão de negros, brancos, ricos e pobres.

Ontem, São Paulo parou. E foi à praça pública - porque "a praça é do povo" - numa mobilização que envolveu meio milhão de homens, mulheres e jovens, também de outros Estados: a "Marcha da Família com Deus, pela Liberdade".
(Folha de S.Paulo, sexta-feira, 20 de março de 1964)

No entanto, todos os personagens presentes no texto são identificados por sua função ou papel social. A maioria deles são políticos e religiosos. Senador Padre Calazans, Profa. Carolina Ribeiro ex-secretaria da Educação, Dona Leonor

Mendes de Barros (Esposa do governador Ademar de Barros), Dep. Ciro Albuquerque, Presidente da Assembléia Legislativa paulista, Dep. Arnaldo Cerdeira e o Sr. Amaro Cesar, Dep. Everardo Magalhães, Dep. Plinio Salgado, Dep. Cunha Bueno, Dep. Herbert Levy, Dep. Conceição da Costa Neves, Senhor Auro Soares de Moura Andrade Presidente do Congresso Nacional e Deputado Murilo de Sousa Reis.

3- Há palavras formais ou informais no texto (formas de tratamento, por exemplo)?

A folha de S. Paulo era um jornal de linguagem mais clara e popular, portanto, apenas em poucas ocasiões pode-se encontrar no discurso, palavras informais, ou de difícil compreensão.

Os pronomes de tratamento utilizados no texto também são bastante comuns. Além dos tradicionais: Senhor, senhora, Doutor (a) advogado (a) e Deputado (a) foram empregados na matéria os pronomes reverendo e padroeiro “Disse o reverendo: Hoje é o dia de São José, padroeiro da família, o nosso padroeiro. Fidel Castro é o padroeiro de Brizola. É o padroeiro de Jango. É o padroeiro dos comunistas”.

4- Que valor expressivo é dado às palavras (como as palavras avaliativas são usadas, por exemplo)?

O texto jornalístico utilizado para retratar a manifestação fez uso repetitivo de aspas e deu voz a praticamente todos os políticos e representantes sociais envolvidos na Marcha.

Como a linguagem jornalística foi mínima, e o autor utilizou-se na maior parte das vezes do discurso dos personagens do acontecimento, foram pouquíssimos os casos em que palavras avaliativas foram empregadas.

Uma das vezes foi a percepção do jornalista sobre o apoio do público a então primeira-dama do estado de São Paulo “À chegada de d. Leonor Mendes de Barros, às 17h20, que provocou vivas e palmas”

Foram usadas palavras avaliativas na introdução a matéria, publicada na capa do jornal “Com bandas de música, bandeiras de todos os Estados, centenas de faixas e cartazes, numa cidade com ar festivo de feriado, a "Marcha" começou

na praça da Republica e terminou na praça da Sé, que viveu um dos seus maiores dias”.

5- Que metáforas são usadas?

Para descrever as metáforas utilizadas na reportagem é preciso primeiro identificar o papel semântico delas dentro do texto da Folha de São Paulo.

Entre as formas de metáfora mais utilizadas na matéria está a palavra vermelho. Todas as vezes que foi empregada, ela representou um tom de ameaça, já que no texto seu significado semântico a leva para o comunismo. “Aqui estão mais de 500 mil pessoas para dizer ao presidente da Republica que o Brasil quer a democracia, e não o tiranismo vermelho. Vivemos a hora altamente ecumenica da Constituição”. Estas foram as palavras proferidas pelo senador padre Calazans e divulgadas pela Folha.

Outro caso em que fica clara a utilização de metáfora é na fala da ex-secretaria da Educação, Profa. Carolina Ribeiro "Temos que pedir a Deus, neste momento em que nossos corações fervem de indignação, que não caiamos na tentação da revolta, porque só a Deus compete levar-nos pelo caminho certo".

Neste caso, a metáfora está composta no termo “corações fervem de indignação” a palavra coração mantém o sentido de caráter - índole; conjunto das faculdades emocionais; - e possui sentidos figurados - excitação, sofrimento etc. Assim as palavras fervem e indignação preservam seus respectivos significados originais (Ebulição e Sentimento de justiça) respectivamente. Didaticamente, pode-se considerá-la uma comparação que não usa conectivo (por exemplo, "como"), mas que apresenta de forma literal uma equivalência que é apenas figurada.

8. Conclusão

A análise textual, e sobre tudo, a reconstituição histórica da cobertura do Jornal Folha de S. Paulo, sobre a Marcha da Família com Deus pela Liberdade saneou de forma breve, porém intensa, as minhas principais inquietações e perguntas sobre o que de fato ocorreu no período que antecedeu a revolução de 1964. Talvez o momento mais conturbado da nossa recente história de democracia.

A análise aqui desenvolvida teve como objetivo decifrar os fatos – as notícias e o que nelas ficou subentendido, ou o que delas passou omitido, o centro das questões e o que verdadeiramente importa e implica sobre a cobertura exercida pela Folha de S. Paulo a respeito de uma das maiores manifestações populares já ocorridas na história do Brasil.

Diante de tudo que foi apresentado pude concluir que a Folha de S. Paulo apoiou de forma empolgada a realização da Marcha em defesa da constituição de 1932. O periódico deixou isso claro nos dois editoriais sobre o assunto, publicados nos dias 20/03/1964 e 25/03/1964. Nas duas oportunidades, a Folha ressaltou que a posição do povo paulistano era contra as reformas propostas por Jango e que a manifestação só veio por deixar isso ainda mais evidente.

O jornal também contribuiu para a articulação do movimento, já que no dia 16/03/1964 a publicação esboçava em sua capa uma manchete informando a população sobre a data, o local e o horário da manifestação. Os editoriais e as matérias publicadas pelo veículo deixam claro acirramento ideológico entre “direita” e “esquerda” no período que antecedeu a revolução de 1964. O comportamento do jornal apoiando a marcha, talvez pode-se explicar em função do temor de grande parte da população a respeito de uma suposta revolução comunista no Brasil que seria implementada pelo presidente João Goulart.

Ao privilegiar o discurso de vários políticos conservadores na principal reportagem sobre a manifestação a Folha assume um pensamento de centro-direita e, portanto contrário ao do presidente João Goulart.

Por fim, ao terminar este trabalho percebo que nunca poderemos chegar a uma verdade absoluta, mas o ponto de vista aqui levantado se mostra como uma das muitas opções de análise do objeto Folha naquela conjuntura. Isto porque o

campo de investigação é vasto e envolve uma infinidade de possibilidades de análise. No entanto acredito ter respondido às interrogações que nortearam minha pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÔNICAS

- ALCÂNTARA, Norman; CHAPARRO, Manoel Carlos & GARCIA, Wilson. **Imprensa na berlinda: a fonte pergunta**. São Paulo: Ed. Celebris, 2005
- CANTANHEDE, Eliane, **Jornalismo Político**. Rio de janeiro * São Paulo: Record,2006,p.190
- CARVALHO, Olavo. **O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota** Rio de janeiro * São Paulo: Record,2013
- CASALECCHI, José Ênio. **O Brasil de 1945 ao golpe militar**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 93-113.
- COUTO, **História Indiscreta da Ditadura e da Abertura**. Rio de janeiro * São Paulo: Record, 1998. p. 29.
- CUNHA, Pedro, **Depoimento à revista APISP**, set. 1955, encontrada no arquivo da Folha de S. Paulo
- DIAS - **Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)** - v.2, n.1, jan.2013 / jun.2013
- E. Cook. **Revista Brasileira de Ciência Política** - Brasília Jul./Dez. 2011.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2001.
- GRAMACHO, Wladimir. **Jornalismo Político**. Rio de janeiro * São Paulo: Record,2006,p. 253
- MARTINS, Franklin. **Jornalismo Político**, São Paulo, Contexto, 2005.
- MAURICIO PULS - **Getulistas destroem máquinas da Folha**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/foha/80anos/tempos_cruciais.shtml>. Acesso em 28 de out. 2013
- ORVIL, **A REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA DE 1964**. Disponível em: <http://www.wirelessbrasil.org/orvil/textos/2p_cap04_item02.php>. Acesso em 28 de out.2013

PEREIRA, Álvaro. **Jornalismo Político Contemporâneo**. In: SEABRA, Roberto; SOUSA, Vivaldo (Orgs.). *Jornalismo Político: Teoria, Histórias e Técnicas*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2006.

MELLO, **Manual de sobrevivência na selva do jornalismo** (1998)

Wolton, D. **La comunicación política: construcción de un modelo**. Barcelona, Editorial Gedisa, 1995.

Texto analisado.

SÃO PAULO PAROU ONTEM PARA DEFENDER O REGIME

A disposição de São Paulo e dos brasileiros de todos os recantos da pátria para defender a Constituição e os princípios democráticos, dentro do mesmo espírito que ditou a Revolução de 32, originou ontem o maior movimento cívico já observado em nosso Estado: a "Marcha da Família com Deus, pela Liberdade".

Com bandas de musica, bandeiras de todos os Estados, centenas de faixas e cartazes, numa cidade com ar festivo de feriado, a "Marcha" começou na praça da Republica e terminou na praça da Sé, que viveu um dos seus maiores dias. Meio milhão de homens, mulheres e jovens - sem preconceitos de cor, credo religioso ou posição social - foram mobilizados pelo acontecimento. Com "vivas" à democracia e à Constituição, mas vaiando os que consideram "traidores da pátria", concentraram-se defronte da catedral e nas ruas próximas.

Ali, oraram pelos destinos do país. E, através de diversas mensagens, dirigiram palavras de fé no Deus de todas as religiões e de confiança nos homens de boa-vontade. Mas, também de disposição para lutar, em todas as frentes, pelos principios que já exigiram o sangue dos paulistas para se firmarem.

São Paulo pára em defesa do regime e da Constituição

Ontem, São Paulo parou. E foi à praça publica - porque "a praça é do povo" - numa mobilização que envolveu meio milhão de homens, mulheres e jovens, tambem de outros Estados: a "Marcha da Família com Deus, pela Liberdade".

Durante hora e meia, com a cidade adquirindo aspectos de feriado, um caudal humano correu, ininterruptamente, da praça da Republica para a praça da Sé, passando pela rua Barão de Itapetininga, praça Ramos de Azevedo, Viaduto do Chá, praça do Patriarca e rua Direita, até se represar ante as escadarias da catedral metropolitana. Foi a maior manifestação popular já vista em nosso Estado.

O repudio a qualquer tentativa de ultraje à Constituição Brasileira e a defesa dos principios, garantias e prerrogativas democráticas constituíram a tonica de todos os discursos e mensagens dirigidos das escadarias da catedral aos brasileiros, no final da passeata.

"Fidel, Padroeiro de Brizola"

Nas escadarias da catedral, sucederam-se os oradores. Às 18h50, a massa humana

chegara à praça da Sé. E encontrou-a ocupada por multidão que acenava com lenços e bandeirolas. O senador padre Calazans ocupara o microfone antes da chegada dos manifestantes e voltou a discursar, após o primeiro orador - sr. Amaro Cesar - ter discorrido sobre os objetivos da "Marcha". Disse o reverendo: "Hoje é o dia de São José, padroeiro da família, o nosso padroeiro. Fidel Castro é o padroeiro de Brizola. É o padroeiro de Jango. É o padroeiro dos comunistas. Nós somos o povo. Não somos do comício da Guanabara, estipendiado pela corrupção. Aqui estão mais de 500 mil pessoas para dizer ao presidente da República que o Brasil quer a democracia, e não o tiranismo vermelho. Vivemos a hora altamente ecumênica da Constituição. E aqui está a resposta ao plebiscito da Guanabara: Não! Não! Não!".

As palavras finais do senador foram acompanhadas em uníssono pelos presentes. Depois, o pe. Calazans lembrou que "aqui estamos sem tanques de guerra, sem metralhadoras. Estamos com nossa alma e com nossa arma, a Constituição".

Marcha, veterano e mensagem

À chegada de d. Leonor Mendes de Barros, às 17h20, que provocou vivas e palmas, a banda da Força Pública tocou o Hino Nacional, que foi cantado por todos os manifestantes enquanto acenavam com lenços brancos. Em seguida, discursou o sr. Geraldo Goulart, veterano de 32, dizendo da semelhança entre a situação atual e aquela que originou a Revolução Constitucionalista. Depois, uma mãe paulista leu a mensagem da mulher bandeirante ao povo brasileiro.

Oração pelo Brasil

Coube à profa. Carolina Ribeiro, ex-secretaria da Educação, orar ao microfone por São Paulo e pelo Brasil. Todos a acompanharam no Pai Nosso e ouviram-na dizer: "Temos que pedir a Deus, neste momento em que nossos corações fervem de indignação, que não caiamos na tentação da revolta, porque só a Deus compete levar-nos pelo caminho certo".

Ao Pai Nosso, seguiu-se a Ave Maria, também rezada conjuntamente, com o padre Calazans ao microfone: "Repúdio às ofensas lançadas ao Rosário no comício da Guanabara". Era a hora do "Angelus". Todos deram um viva à "Rainha do Brasil".

"Liberdade é como saúde"

"Esta manifestação popular é uma prova de que São Paulo e o Brasil querem ver sua bandeira eternamente livre" - ressaltou o dep. Ciro Albuquerque, presidente da Assembléia Legislativa paulista, que prosseguiu. "A liberdade é como a saúde: somente lhe damos valor depois que a perdemos. Queremos paz, tranquilidade. E, sobretudo, exigimos respeito à Constituição e às instituições democráticas". Em seguida, conclamou todos os membros das casas legislativas brasileiras a "estudar as reformas, que o povo deseja e merece, mas que devem ser feitas dentro do respeito à soberania do Congresso Nacional". Finalmente, leu mensagem dos prefeitos paulistas, dando conta da assinatura de um manifesto, em que conclamam os brasileiros a lutar por aqueles princípios.

Mensagem de alerta

Seguiram-no na tribuna o deputado Arnaldo Cerdeira e o sr. Amaro Cesar; aquele ressaltando que "não admitiremos a transgressão à lei, a agressão à Constituição"; este, lendo outra mensagem de alerta, dirigida pelos integrantes da "Marcha" ao povo brasileiro.

O representante da delegação da Guanabara, dep. Everardo Magalhães, tocou no nome do sr. Leonel Brizola e não pôde continuar o discurso por alguns minutos. Todos os

manifestantes gritavam: "1, 2, 3, Brizola no xadrez. Se tiver lugar, vai o Jango tambem". Vaias estrondaram por toda a praça e, logo depois, o parlamentar prosseguiu: "Vamos dar nossa resposta democratica ao plebiscito da Guanabara". E todos levantaram os braços, acenando novamente com lenços brancos, "pela Constituição". E o deputado retrucou: "Obrigado paulistas. Obrigado brasileiros. Esta é a mensagem que levo para o Rio". Nesse momento, a banda da Força Publica executou o Hino Nacional, cantado pelos presentes, ainda com os lenços acenando.

Armas: contra ou a favor?

O orador seguinte foi o dep. Plinio Salgado, que dirigiu pergunta às Forças Armadas: "Bravos soldados, marinheiros e aviadores de nossa patria, sereis capazes de erguer vossas armas contra aqueles que querem se levantar, aqueles que se levantam contra a desordem, a subversão, a anarquia, o comunismo? Contra aqueles que querem destruir os lares e a soberania da patria? Esta manifestação não vos comove? Será possivel que permitireis, ainda, que o Brasil continue atado aos titeres de Moscou?"

"Basta! Basta! Basta!"

O deputado Cunha Bueno, em seguida, agradeceu, em nome dos paulistas, o comparecimento das delegações do interior e de outros Estados. E acentuou: "Os brasileiros aqui estão reunidos para dizer ao presidente da Republica: Basta! Basta! Basta (nestas palavras foi seguido pelos manifestantes). O que queremos é paz para continuar nosso trabalho". Deu "vivas" ao Brasil e à democracia.

Espirito de 32

Por sua vez, o dep. Herbert Levy acentuou: "Vossa presença neste momento historico significa que o povo brasileiro não quer ditadura, não quer comunismo. Quer paz, ordem e progresso. O povo está na rua revivendo o espirito de 32 em defesa da Constituição que fizemos com o nosso sangue. E, se preciso, iremos todos, velhos, moços e até crianças, para as trincheiras de 32. Esta é a advertencia para o presidente da Republica e seu cunhado, para que não brinquem de comunismo no Brasil". Foi interrompido varias vezes pelos populares, que gritavam: "1, 2, 3, Brizola no xadrez" e "Verde-amarelo, sem foice e martelo". E a banda da Guarda Civil atacou a marcha "Paris Belfort", o hino da Revolução de 32.

"Escravatura vermelha"

A deputada Conceição da Costa Neves tambem dirigiu saudação aos brasileiros, dizendo: "Aqui, mercê de Deus, se encontra o Brasil unido contra a escravatura vermelha. De São Paulo partirá a bandeira que percorrerá todo o país, para dizer a todos os partidos que a hora é de união, para dizer basta ao sr. presidente da Republica".

Depois, houve outros oradores - estudantes e representantes de outros Estados -, todos ressaltando a necessidade de união pela preservação do regime, e o deputado Camilo Aschar afirmou que "a Assembléia Legislativa de São Paulo estará alerta para o que der e vier". Discursou tambem o prefeito de Campinas, sr. Rui Novais, e um representante da delegação paranaense lembrou que "32 e 32 somam 64".

"Senão, não!"

O ultimo orador a ocupar a tribuna foi o sr. Auro Soares de Moura Andrade, presidente do Congresso Nacional. E disse: "Sentimos que hoje é um dia de importancia historica para o Brasil. O povo veio à praça publica para demonstrar sua confiança na

democracia. Veio para afirmar perante a Nação que os democratas não permitirão que os comunistas sejam os donos da Pátria. Democratas do Brasil, confiem, não desconfiem das gloriosas Forças Armadas de nossa pátria. Dentro de cada farda, não está somente um corpo, mas também uma consciência e um juramento feito. Que sejam feitas reformas, mas pela liberdade. Senão, não. Pela Constituição. Senão, não. Pela consciência cristã do nosso povo. Senão, não". E todos os presentes o acompanharam no "senão, não". Logo em seguida, a banda tocou a Canção do Soldado, cantada pelos manifestantes, que, depois, repetiram os "slogans" contra o sr. Leonel Brizola e o comunismo e se foram da praça. Eram 18h45 e, muitos, entraram na catedral para assistir à missa vespertina.

Água na passeata

Foi o próprio deputado Murilo de Sousa Reis quem efetuou a interdição de um prédio comercial, na rua Barão de Itapetininga, e, acompanhado de policiais, revistou todos os conjuntos. Isso porque de um deles haviam atirado um balde de água nos transeuntes componentes da passeata. Numa das janelas, aquele deputado constatou que o seu batente estava molhado e efetuou a detenção do responsável pelo escritório e de um outro elemento que o acompanhava. Ambos foram conduzidos ao DOPS e só à noite foram dispensados.

Ovos e prisões

Outro fato, mais tarde esclarecido, foi a detenção que a Polícia que vistoriava a passeata efetuou na praça da Sé, de dois jovens que portavam dentro do carro grande quantidade de ovos de galinha. Apontados por transeuntes, que disseram que os rapazes iam jogar os ovos na multidão, os dois foram detidos e encaminhados ao DOPS. Só então foi constatado que as caixas se destinavam a um supermercado. Os dois foram dispensados.